

OFÍCIO Nº 301/2022/MESQUITAPREV

MESQUITA, 30 de setembro de 2022.

Ref.: Ofício PRS/SSE/CGC/NP 24771/2022
Processo TCE/RJ 225.341-3/2020

Prezado Senhor,

Em atendimento ao ofício supra referenciado encaminhamos, em anexo, ao presente ofício **RAZÕES DE DEFESA** sobre o voto contido nos autos do processo TCE 225.341-3/2020, requerendo desde já o seu processamento e acolhimento, por ser medida da mais lúdima e salutar justiça.

Colocamo-nos à disposição de Vossa Excelência para quaisquer esclarecimentos adicionais e renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Cátia da Silva Ferraz
Diretora Presidente
Matricula 80.003

Ao Exmo. Conselheiro Substituto,
CHRISTIANO LACERDA GHUERREN
Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.
Praça da República, 70 - Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20211-351

Processo TCE/RJ 225.341-3/2020

Ref.: Ofício PRS/SSE/CGC/NP 24771/2022

CÁTIA DA SILVA FERRAZ, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, em resposta a **NOTIFICAÇÃO** encaminhada por meio do Ofício em epígrafe, perante este Colendo Tribunal de Contas, apresentar, pelos fatos e fundamentos que passa a expor, **RAZÕES DE DEFESA**, na forma abaixo exposta.

DA TEMPESTIVIDADE

Recebida a notificação do ofício citado por meio do Sistema de Comunicação Digital – SICODI no dia 15 de setembro do presente ano iniciou seu prazo no dia 16 deste mês, na forma disposta no art. 9º da Deliberação TCE nº 306/2020, tendo como *dies ad quem* para apresentação do mesmo o dia 30 de setembro, sendo a presente razão de defesa tempestiva.

BREVE SÍNTESE DOS FATOS

Trata o presente processo da Prestação de Contas Anual de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita, onde essa Corte decidiu pela NOTIFICAÇÃO da Sra. Cátia da Silva Ferraz, Diretora Presidente do MESQUITAPREV, nos seguintes termos:

I – Pela **NOTIFICAÇÃO** da Sra. Cátia da Silva Ferraz, então Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, nos termos do Regimento Interno deste Tribunal em vigor, para que, **no prazo de 15 (quinze) dias**, a contar da ciência desta decisão, apresente **Razões de Defesa** pelo não atendimento ao ofício saneador PRS/SSE/CGC 31904/2021, alertando-a para a sanção prevista no inciso IV no artigo 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/90.

II - Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, nos termos

do Regimento Interno deste Tribunal em vigor, para que encaminhe os documentos e preste os esclarecimentos discriminados nos Relatórios deste Voto, alertando-o para a sanção prevista no inciso IV no artigo 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/90, no caso de não atendimento.

III – Pela **COMUNICAÇÃO** ao Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita no Exercício de 2019, nos termos do Regimento Interno em vigor, cientificando-o desta decisão nesse processo, alertando-o que a ausência de documentos imprescindíveis à análise do processo pode comprometer o julgamento das presentes contas.

Visando atender ao Ofício saneador originário, a signatária solicitou prorrogação de prazo (Processo TCE/RJ Nº 244.232-5/21, tendo sido indeferido, razão do presente Ofício, tendo em vista o não atendimento ao Ofício PRS/SSE/CGC 31904/2021.

DO MÉRITO

A análise preliminar data de **18/09/2021**, quando a Coordenadoria de Auditoria de Contas – 1ª CAC verificou ausência de elementos imprescindíveis à análise conclusiva do feito, apontando que a signatária deixou de remeter à Egrégia Corte os documentos e informações solicitadas.

Em que pese os elementos solicitados não terem sido enviados à época própria, deve ser afastada quaisquer aplicação de sanção por não atendimento, tendo em vista que o fato ocorreu por motivos alheios a vontade da signatária.

Neste sentido, importa esclarecer que a atual Diretora Presidente, Sra. Cátia da Silva Ferraz assumiu a gestão do Instituto de Previdência do Município de Mesquita – MESQUITAPREV em 20 de janeiro de 2021, sendo relevante destacar que a análise da Corte data de 18 setembro de 2021, ou seja, ato recente à nomeação da atual Presidente, conforme documento anexo.

Pelo motivo acima exposto, a signatária pediu dilação do prazo já explanada, o que foi indeferido.

Há de se considerar, outrossim, que quando a atual gestora assumiu a direção do MESQUITAPREV, se deparou com inúmeros desafios, a saber: 07 irregularidades no extrato previdenciário; CRP bloqueada; vigência da Emenda Constitucional nº 103/19 e nenhuma de suas alterações de aplicabilidade imediata tinham sido implementadas; Recadastramento e Prova de vida em atraso; Ofícios saneadores expedidos pelo TCE-RJ sem reposta; devolução ao Executivo Municipal de servidores cedido ao RPPS, inclusive do responsável pelo setor contábil.

Neste diapasão, esclarece que no setor contábil, especialmente, as diversas inconsistências encontradas, como por exemplo o não envio de demonstrativos contábeis obrigatórios, prestações de contas enviadas sem itens indispensáveis, registros contábeis deficientes, dentre outras inconsistências e por tais motivos as Contas desta autarquia não puderam ser apreciadas, fator que vem a atual gestão diligenciando para regularizar, não podendo ser penalizada por atos irresponsáveis anterior.

Restam evidenciadas as inúmeras demandas e desafios enfrentados ao longo do exercício 2021, devendo ser considerado, ainda, o grau de complexidade e especificidade que decorre da Contabilidade de um RPPS, inclusive para fins de atendimento ao TCE-RJ, razão pela qual os requerimentos de dilação de prazo e dificuldade enfrentada para o envio de elementos fidedignos.

É importante ressaltar que a Diretora Presidente não esteve inerte e nesse interim tomou providências cabíveis para atender à Corte e regularizar definitivamente as pendências relativas à prestação de contas deste RPPS, conforme expõe:

- Abertura de processos administrativos para apurar e regularizar as pendências de PCA: 07/8693/21; 06/7210/21; 04/4037/22; 05/4995/22; 02/1381/22; Ofício nº 260/2022/MESQUITAPREV.
- Regularização De DAIR, DIPR, DPIN, MSC, Plano de Contas
- Prova de vida

- Encaminhamento de legislação à SPREV
- PROJETOS DE LEIS decorrentes da EC 103/19
- AVALIAÇÃO ATUARIAL

Concomitantemente às providências acima, comunicou ao Gestor anterior, Sr. Murilo Sanches Rodrigues e à Diretora de Contabilidade responsável pelas contas em tela, Sra. Renata Reis Alves para ciência e auxílio na solução das pendências.

Todo o exposto acima é de uma pureza extrema e nos direciona para o que tentamos ilustrar desde o início: o pedido de dilação de prazo e o ano atendimento ao ofício, não ocorreu por desídia, desleixo ou negligência. Pelo contrário, a Diretora Presidente precisava de tempo para reunir informações, consolidá-las e ter certeza da respectiva veracidade das mesmas.

Assim, diante da desorganização enfrentada ao assumir a gestão, o que se reflete no próprio extrato previdenciário e na PCA, a signatária diligenciou para que sejam reunidos elementos fidedignos e isto demanda tempo e trabalho técnico especializado que depende também de outras secretarias, tendo em vista que não foram providenciados pela gestão da época documentos obrigatórios, como por exemplo certificado de auditoria e relatórios elaborados pelo Controle, dentre outros.

Destaque-se que não estamos aqui fazendo apologia a descumprimento de normas mesmo porque temos a convicção que nenhuma norma foi descumprida por mera liberalidade e por esse motivo apresentamos a presente **RAZÕES DE DEFESA**, requerendo que **seja colhida e AFASTADA eventuais sanções** decorrentes do não atendimento ao ofício supracitado, em época própria.

Destarte, deve ser considerada as Razões de Defesa ora apreciada, e, após as explanações acima expostas, deve ser o presente feito em relação à signatária arquivada, por ser medida da mais lúdima e salutar justiça.

DO ENCAMINHAMENTO

1. Cadastros dos Responsáveis pelo encaminhamento das Contas, Sr. Leandro Machado Ferreira e do responsável pelo Controle Interno, Sr. Nicola Fabiano Palmieri: seguem anexos.
2. Relatório elaborado pelo órgão de controle interno competente – Modelo 3B desta Deliberação, acompanhado pelo de Certificado de Auditoria com parecer conclusivo: seguem anexos.
3. Cópia da Avaliação Atuarial referente a data base 31/12/2019: segue anexa.
4. Cópia do ato que designou formalmente o servidor responsável pela gestão dos recursos do RPPS, acompanhado de que este foi aprovado em exame de certificação: cópia anexa.

ESCLARECIMENTOS

1) Quanto à conta contábil denominada “Perdas em Aplicações Financeiras”, compreendida pelo subgrupo contábil “Interferências Financeiras” do Balanço Financeiro, na importância de R\$ 3.949.557,28, na medida em que não vislumbramos amparo hábil da parte V do DCASP (itens 3.2, 3.3 e 3.4), abarcado pelo MCASP 8ª edição (válido a partir do exercício de 2019), para o uso da nomenclatura “Interferências Financeiras”, bem como será oportuno elucidar se o expressivo valor registrado na conta contábil “Perdas em Aplicações Financeiras” representa efetivo desembolso financeiro;

*A priori esclarece que o valor em referência citado equivocadamente em “Perdas em Aplicações Financeiras” não representa efetivo desembolso financeiro nem resgate, donde não pode ser classificado como “Perdas”. Trata-se de retorno negativo que, em sendo positivo, representaria acréscimo no saldo total, consubstanciando no que **“deixou de ganhar” e não “perda”**.*

Nota-se que no exercício 2019 o saldo inicial apontado pela Empresa de Assessoria monta a importância de R\$ 120.137.311,21 (cento e vinte milhões, cento e trinta e sete mil, trezentos e onze reais e vinte e um centavos) e encerra, dezembro/2019 com o valor de R\$ 124.590.053,32 (cento e vinte e quatro milhões, quinhentos e noventa mil, cinquenta e três reais e trinta e dois centavos, não havendo, portanto, “Perda” no expressivo valor equivocadamente apontado à época.



Estado Do Rio De Janeiro
Prefeitura Municipal De Mesquita
MESQUITAPREV
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do
Município de Mesquita

Esclarece que após inúmeras diligências, verificou-se que alguns valores relativos ao exercício 2019 foram ajustados no Exercício seguinte, ano 2020 (ressaltando que esta gestora assumiu somente em 20/01/2021), conforme demonstra classificação abaixo.

1. Registro da constituição da provisão, no sistema financeiro.

Débito	3.6.1.7.1.XX.00.00.00.0000	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIOS- CONSOLIDAÇÃO
Crédito	1.1.4.9.1.01.00.00.00.0000	(-)AJUSTE PI PERDAS EM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

É inserido nessa primeira etapa o valor (R\$) que corresponde a PERDA, ou seja, respeitando o Princípio Contábil da Prudência onde os Investimentos e aplicações estão sujeitas ao fato.

2. Registro da utilização da provisão, no sistema financeiro.

Débito	1.1.4.9.1.01.00.00.00.0000	(-)AJUSTE PI PERDAS EM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Crédito	1.1.4.1.1.xxxxx.00.00.00.0000	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO

Nessa etapa, o valor da provisão da etapa 1 é amortizado, em contrapartida com a saída financeira (crédito) na conta de Aplicação financeira ou Investimento.

2) Quanto ao saldo divergente, no valor de R\$ 78.843,59, entre as disponibilidades do exercício anterior demonstrado neste Balanço Financeiro, na soma de R\$ 125.674.627,65, e o saldo final da prestação de contas do exercício anterior (Proc. TCE nº 242.747-9/19), na importância de R\$ 125.753.471,24;

Por inconsistência no Sistema Contábil em 2019, são valores que foram acertados em 2020, como demonstra os quadros abaixo, seguem demonstrativos em anexos:



INST. DE PREV. DOS SERV. PUBL. DO MUN. DE MESQUITA

RUA MISTER WATKINS, 22
CENTRO
MESQUITA - RJ
CNPJ: 08.801.853/0001-34

Dezembro/2019

BALANÇO FINANCEIRO - DISPÊNDIOS

ESPECIFICAÇÃO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Despesa Orçamentária	7.931.272,92	6.508.232,16
Ordinária	7.931.272,92	0,00
	0,00	6.508.232,16
Interferências Financeiras	3.949.557,28	7.708.928,22
Perdas em Aplicações Financeiras	3.949.557,28	7.708.928,22
Pagamentos Extra-Orçamentários	606.736,90	335.694,12
Pagamentos de Restos a Pagar	302.334,33	253.649,07
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	304.402,57	82.045,05
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	150.558.237,46	125.674.627,65
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	126.063.013,47	122.636.203,12
Caixa e Equivalentes de Caixa	24.495.223,99	3.038.424,53
Total	163.045.804,56	140.227.482,15



INST. DE PREV. DOS SERV .PUBL. DO MUN. DE MESQUITA

RUA MISTER WATKINS, 22
CENTRO
MESQUITA - RJ
CNPJ: 08.801.853/0001-34

Dezembro/2019

BALANÇO FINANCEIRO - INGRESSOS

ESPECIFICAÇÃO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Receita Orçamentária	36.342.619,40	28.668.168,50
Ordinário	0,00	28.643.162,06
Recebimentos Extra-Orçamentários	36.342.619,40	25.006,44
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.028.557,51	2.890.368,25
Inscrição de Restos a Pagar Processados	749.443,13	1.331.535,74
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	40.522,44	1.400.435,17
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	238.594,94	158.397,34
Caixa e Equivalentes de Caixa	125.674.627,65	108.668.945,40
Total	163.045.804,56	140.227.482,15



INST. DE PREV. DOS SERV .PUBL. DO MUN. DE MESQUITA

RUA MISTER WATKINS, 22
CENTRO
MESQUITA - RJ
CNPJ: 08.801.853/0001-34

Dezembro/2019

Balanco Patrimonial - Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
ATIVO (I)	245.358.990,24	216.521.810,73
ATIVO FINANCEIRO	164.087.497,49	135.254.330,40
Caixa e Equivalente de Caixa	24.495.223,99	3.038.424,53
Investimentos temporários a Curto Prazo	139.592.273,50	132.215.905,87
ATIVO PERMANENTE	81.271.492,75	81.267.480,33
Ativo Permanente Imobilizado	81.271.492,75	81.267.480,33
PASSIVO (II)	116.844.193,19	117.463.834,11
PASSIVO FINANCEIRO	2.217.783,11	2.837.424,03
Demais Obrigações a Curto Prazo	33.836,61	99.647,24
Restos a Pagar Não Processados	750.786,74	1.337.341,62
Restos a Pagar Processados	1.433.159,76	1.400.435,17
PASSIVO PERMANENTE	114.626.410,08	114.626.410,08
DÁ-vida Permanente	114.626.410,08	114.626.410,08
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I) - (II)	128.514.797,05	99.057.976,62

3) Quanto ao Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras apresentar divergência expressiva em relação ao saldo disponível para o exercício seguinte do Balanço Financeiro, tendo em vista que deixaram de ser informados, no sobredito quadro auxiliar, os valores de aplicações de curto prazo (temporários) mantidos em instituições financeiras, no valor agregado de R\$ 126.063.013,47;

Trata-se de erro e/ou deficiência de lançamentos, ressaltando que a divergência apurada foi regularizada em 2020, conforme demonstrativos em anexos.

4) Quanto ao total do saldo contábil em 31.12, apontado no Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras, divergir significativamente do demonstrado nos registros do Ativo Circulante (Balanço Patrimonial), tendo em vista que deixaram de ser informados, no sobredito quadro auxiliar, os valores de aplicações de curto prazo (temporários), no valor agregado de R\$ 126.063.013,47;

Seguem documentos regularizadores em anexo.

Esclarece que a Prestação de Contas foi enviado para cumprimento de prazo, ocorre que foram feitos os ajustes contábeis, posteriores para serem entregues no momento do saneador. Foi solicitado dilação de prazo para o saneador, mas não foi aceito junto à o Tribunal, portanto, os demonstrativos que estão na Prestação de Contas estão divergentes com os dados contábeis atuais saneados nesta ocasião, estamos enviando o Balanço Patrimonial a qual apresenta divergência.

5) Quanto aos débitos, originados no exercício, em valores expressivos, constantes no Quadro I do Modelo 2, não se encontram satisfatoriamente justificados nos autos sobre os reais motivos das transferências, a saber:

Conta bancária CEF nº 5-6		
Quadro I – Débitos		
Relativo ao Exercício Referência		
Data do evento: 06/06/2019	Histórico: Transf. p/ Prefeitura	Valor: R\$8.891.001,05
Data do evento: 06/08/2019	Histórico: Transf. p/ Prefeitura	Valor: R\$3.380.299,95
Data do evento: 12/12/2019	Histórico: Transf. p/ Prefeitura	Valor: R\$2.076.051,11

Conta bancária CEF nº 17-0		
Quadro I – Débitos		
Relativo ao Exercício Referência		
Data do evento: 07/06/2019	Histórico: Transf. p/ Prefeitura	Valor: R\$3.091.013,67
Data do evento: 05/09/2019	Histórico: Transf. p/ Prefeitura	Valor: R\$812.509,31

Após levantamento com o setor financeiro e administrativo, compete esclarecer que foram apuradas as informações: foram efetuadas transferências realizadas no exercício 2019, referentes a compensação relativa ao pagamento de auxílio doença e auxílio maternidade, conforme previsto na legislação municipal nº 903/2015; Ressarcimento de RST aos servidores da Educação, registrados em

processos administrativos arquivados nesta autarquia e pagamento de Vencimentos da procuradora que atuava no MESQUITAPREV.

6) Quanto à ausência de informação nos autos a respeito da regularização do débito, originado em exercícios anteriores, ou justificativa quanto a não regularização do mesmo, a saber:

Conta bancária CEF nº 5-6			
Quadro I – Débitos			
Relativo ao Exercícios Anteriores			
Data do evento:	Histórico:	Transf. p/	Valor:
05/12/2018	Prefeitura		R\$6.356.375,14

Após levantamento, foi informado que os valores apresentados acima, são resgates das contas de aplicações, conforme segue anexo, Razão das contas. Extrato anexo.

7) Quanto à baixa (por pagamento) da rubrica Restos a Pagar evidenciada no Balanço Financeiro apresentar divergência, na importância de R\$ 293,44, com o registrado nos Anexos 1 e 2 que complementam o Balanço Orçamentário;

Verificando que em 2020, os valores foram retificados e em 2019 ocorreu essa divergência por parametrização do sistema, donde se conclui que provavelmente tenha ocorrido a divergência por parametrização de sistema. Segue documento saneador anexo.

9) Quanto ao saldo evidenciado no Demonstrativo da Dívida Flutuante divergir, no valor de R\$ 1.343.796,22, do saldo registrado no Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial;

Inconsistência em 2019, acertado em 2020, conforme demonstrativo anexo.

11) Quanto ao Resultado do Exercício evidenciado no Balanço Patrimonial divergir, no valor de R\$ 8.342.957,99, do informado na Demonstração das Variações Patrimoniais, haja vista que o acréscimo incorporado ao Patrimônio Líquido do RPPS alcançou a soma de R\$ 28.868.922,44, ou seja, um valor bem superior ao resultado patrimonial extraído da DVP, na importância de R\$ 20.525.964,45 conforme o demonstrado a seguir:

(A) Patrimônio Líquido do Exercício Anterior	R\$ 100.191.897,17
(B) Patrimônio Líquido do Exercício Atual	R\$ 129.060.819,61
(C) Incremento (B-A)	R\$ 28.868.922,44
(D) Resultado Patrimonial extraído da DVP	R\$ 20.525.964,45
(E) Diferença (C-D)	R\$8.342.957,99

Demonstrativo em anexo, inconsistência no sistema em 2019, acertado em 2020.

12) Quanto ao valor apurado como Patrimônio Líquido divergir, na importância de R\$ 8.264.803,82, do PL demonstrado no Balanço Patrimonial, a saber:

Tabela 6 - Conferência do Patrimônio Líquido - PL	
Variações Patrimoniais Quantitativas	Valor (R\$)
Variações Patrimoniais Aumentativas	27.999.661,41
Variações Patrimoniais Diminutivas	7.473.696,96
Resultado Patrimonial do Período (A)	20.525.964,45
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PL	
Resultado Acumulado do Exercício Anterior (B)	100.191.897,17
Ajustes de exercícios Anteriores (C)	78.154,17
Resultado Acumulado Apurado (D) = (A+B+C)	120.796.015,79
Total do Patrimônio Líquido Apurado (D)	120.796.015,79
Total do Patrimônio Líquido (Extraído BP) (E)	129.060.819,61
Diferença (F) = (D) - (E)	-8.264.803,82

Relatórios regularizados em 2020, seguem demonstrativos em anexos.

13) Quanto ao Saldo Patrimonial apurado não estar condizente, no valor de R\$ 1.139.031,54, com aquele registrado no Balanço Patrimonial, a saber:

Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64	
Descrição	Valor (R\$)
(A) Patrimônio Líquido - BP	129.060.819,61
(B) SALDO de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12	750.786,88
(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	128.310.032,73
(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	127.171.001,19
Diferença (E) = (C) - (D)	1.139.031,54

Relatórios regularizados em 2020, seguem demonstrativos em anexos.

14) Quanto à composição e os esclarecimentos acerca dos valores registrados na rubrica "Ajuste de Exercícios Anteriores", no valor de R\$78.154,17;

Abertura de saldo, conforme resposta do item 10.

15) Quanto ao Responsável pelo Setor Contábil não atestar a regularidade dos pontos de controle constantes do Relatório, bem como esclarecer sobre quais medidas foram efetivamente adotadas para regularização dos sobreditos pontos, a saber:

**PONTOS DE CONTROLE SEM REGULARIDADE APONTADOS NA
DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO SETOR CONTÁBIL**

1. A regularidade da execução orçamentaria da despesa;
2. A paridade do saldo do ativo em caixa e equivalentes de caixa, investimentos e aplicações com o controle apresentado pela Tesouraria;
3. A identificação e regularização dos débitos e créditos não contabilizados, nas conciliações bancárias, originados no exercício;
4. A identificação e regularização dos débitos e créditos não contabilizados, nas conciliações bancárias, de exercícios anteriores;
5. A inexistência de ilegalidades ou irregularidades, bem como falhas que tenham causado ou possam causar prejuízo ao erário.

De fato, ao assumir a gestão deste RPPS o maior desafio tem sido alinhar o setor contábil, tendo em vista a deficiência técnica comprovada, na prática, pela própria Corte. A atual gestão providenciou a substituição do responsável pelo setor contábil e abriu processos administrativos para apuração de inconsistências e eventuais responsabilização, com o fito de regularizar definitivamente as informações controvertidas verificadas. Ressalta-se, outrossim que os servidores atuais tem passado frequentemente por seminários e cursos oferecidos, inclusive pelo TCE-RJ para sua capacitação e atualização profissional.

Seguem cópia de Diário Oficial Municipal, com exoneração e nomeação de servidores ao setor contábil deste Instituto de Previdência, comprovando as tratativas para regularizar nosso setor contábil. Segue, outrossim, processos administrativos em curso, comprovando que a atual gestão em tomando providencias para aprimorar a gestão contábil: processos nº 07/8693/21;

06/7210/21; 04/4037/22; 05/4995/22; 02/1381/22; Ofício nº
260/2022/MESQUITAPREV.

16) Quanto aos servidores das unidades gestoras municipais, elencadas na tabela abaixo, participarem como contribuintes do RPPS, conforme dados extraídos da Prestação de Contas do Governo Municipal – TCE nº 218.903-6/20, pois as sobreditas unidades gestoras não integraram o Modelo 8, a saber:

UNIDADES GESTORAS DE MESQUITA
Fundo Municipal de Assistência Social
Fundo Municipal de Apoio da Pessoa com Deficiência
Fundo Municipal da Infância e Adolescência
Fundo Municipal do Meio Ambiente
Fundo Municipal de Transporte
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV

Informação acima enviada em 2020, referente ao exercício de 2019, inconsistente, segue o modelo 8 corrigido.

17) Quanto ao total das contribuições previdenciárias regulares (servidores e patronal) devidas e efetivamente repassadas ao RPPS no exercício, conforme Modelo 36, não conferir com o registrado nos demonstrativos contábeis do RPPS, tendo em vista o precário modelo de evidenciação contábil, oferecido no Demonstrativo da Dívida Flutuante - Anexo XVII da Lei Federal nº 4320/64 (fl.14) inviabilizou a possibilidade de aferir a existência da paridade em questão;

18) Quanto ao total das contribuições previdenciárias (servidores e patronal) devidas e efetivamente repassadas ao RGPS no exercício, conforme Modelo 38, não conferirem com o registrado nos demonstrativos contábeis do MESQUITAPREV, tendo em vista que o Demonstrativo da Dívida Flutuante aponta que ao longo do exercício foram baixados na conta “INSS – Folha de Pagamento” a importância de R\$ 3.680,35, o que representa o percentual de 6,96% do valor repassado ao RGPS no exercício, conforme o registrado no Modelo 38 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17;

19) Quanto às providências visando o repasse das contribuições previdenciárias pendentes da parte patronal (Modelo 34), no total de R\$ 10.348.249,67;

Esclarece que as divergências encontradas foram regularizadas no exercício 2021, conforme segue Demonstrativos anexo. Ressaltando que os repasses foram pagos mediante parcelamento.

20. Quanto ao total das contribuições previdenciárias regulares (servidores e patronal), devidas e efetivamente arrecadadas, conforme Modelo 34, não conferirem com o registrado nos demonstrativos contábeis do RPPS, a saber:

SERVIDORES

21. Quanto aos recursos das contribuições previdenciárias regulares (servidores e patronal), retidas e não repassadas, não terem sido devidamente registradas nos demonstrativos contábeis, tendo em vista que os aludidos recursos não estão suficientemente evidenciados ou devidamente escriturados nos demonstrativos contábeis do MESQUITAPREV, conforme o demonstrado no Balanço Patrimonial analítico (fls.124/129).

Quanto aos itens 17 a 21, esclarece que de fato foi verificado valores em aberto a época referentes a contribuições previdenciárias. Fato ajustado em 2021, com quitação de parcelamento, reparcelamento e parcelamento, cujos pagamentos estão em dia, sem prejuízo das contribuições mensais regulares.

Tais elementos foram informados na prestação de contas do exercício em que se deu a regularização dos repasses (2021), que será apreciada individualmente desta.

22) Quanto à ausência de Leis que autorizem acordos para os parcelamentos dos débitos vigentes, originados das contribuições previdenciárias em atraso, tendo em vista que não há qualquer informação a respeito das leis autorizativas nos termos de parcelamentos aceitos n.ºs. 00215/2011 e 00468/2015;

23) Quanto ao RPPS municipal não se encontrar em situação regular nos critérios estabelecidos pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, bem como esclarecer sobre quais medidas foram efetivamente adotadas para regularização dos sobreditos critérios, a saber:

CRITÉRIO	SITUAÇÃO
Equilíbrio Financeiro e Atuarial – Encaminhamento - NTA, DRAA e resultados das análises	IRREGULAR
Adoção de Plano de Contas e dos procedimentos contábeis aplicados ao setor público	IRREGULAR
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR – Consistência e Caráter Contributivo	IRREGULAR
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR – Encaminhamento à SPPS	IRREGULAR
Observância dos limites de contribuição dos segurados e pensionistas	IRREGULAR
Encaminhamento da legislação à SPS	IRREGULAR
Concessão de benefícios não distintos do RGPS - previsão legal	IRREGULAR

Quanto ao parcelamento n.º 00215/2011, verifica-se que o mesmo foi devidamente quitado em dezembro de 2021 e o parcelamento 00468/2015 foi repactuado e suas parcelas estão sendo pagas em dia, conforme documentos anexos.

No que se refere ao item 23, conforme já informado, de fato, a atual Diretora Presidente assumiu esta autarquia com inúmeras irregularidades. Todavia, ao assumir, em 20/01/2021, diligenciou e atualmente o Extrato conta somente com 2 pendências, sendo certo que a irregularidade relativa ao DRAA JÁ FOI cumprida e enviada VIA GESCON. Restando tão somente 01 IRREGULARIDADE que estamos diligenciando para sanear.

24) Quanto às medidas adotadas pelo MESQUITAPREV com vistas à indispensável regularização da emissão periódica do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, perante a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, tendo em vista que a validade do último CRP do Município de Mesquita expirou em 24/01/2016;

Quanto às medidas adotadas pelo MESQUITAPREV com vistas à indispensável regularização do CRP, bloqueada desde 2016, esclarece que somente após janeiro/2021, quando a atual Diretora assumiu a gestão deste RPPS, as irregularidades apontadas, inclusive no item 23, vem sendo gradativamente baixadas. Isto porque foram regularizados o envio de Demonstrativos obrigatórios; realização de avaliação atuarial e envio; encaminhamento de legislação; atendimento à EC 103/2019. Assim, resta pendente somente 01 critério para a emissão do CRP, já que a única notificação pendente do DRAA já foi atendida.

25) Quanto ao não cumprimento da taxa de administração fixada para cobertura das despesas administrativas, conforme artigo 15 da Portaria 402/08, tendo em vista que o MESQUITAPREV realizou despesas administrativas que ultrapassaram o limite fixado pela legislação do RPPS (art.92 da Lei nº 1.118/19, fl.101), segundo o reportado abaixo:

Descrição	Valor (R\$)
(A) Total da base de cálculo para fins de apuração do limite de despesas administrativas do RPPS (extraído do Modelo 12, fl.57)	68.198.041,36
(B) Percentual fixado na legislação do RPPS para Taxa Administrativa (1%) – Lei nº 1.118/19, art.92 (fl.101)	1%
(C) Limite de Despesas Administrativas do RPPS (C= A x B)	681.980,41
(D) Despesas Administrativas Empenhadas	1.006.159,75
(E) Excedente de Gastos no Exercício (E= D - C)	324.179,34

Informo que em 15 de março de 2022 foi publicada a Segue a Lei nº 1.189 , alterando os parâmetros da taxa administrativa, relativa às Despesas Administrativa do RPPS.

26) Quanto à ausência de adoção de medidas pelo município com a finalidade de receber do RGPS (INSS) a compensação financeira a que o RPPS tem direito, na condição de regime instituidor, nas hipóteses de contagem recíproca de tempos de contribuição para os benefícios concedidos a partir de 06/05/1999, obedecidas as normas da Lei Federal nº 9.796/99, regulamentado pelo Decreto nº 3.112/99, ou alterações posteriores;

Esclarece que somente em 2021, na gestão da atual Diretora Presidente foram tomadas providências para a efetivação de compensação previdenciária, conforme comprova Termo de Adesão e contrato com a DATAPREV anexos.

27) Quanto ao parecer do Conselho Fiscal se pronunciar pela reprovação das Contas do exercício, indicando as seguintes impropriedades e irregularidades:

Esclarece que transferências apontadas pelo Parecer foram explicadas no item 05.

A citada contratação da Empresa ASSET ASSESSORIA TÉCNICA CONTABIL foi firmada em 2019, perdurando, contudo, somente três meses, quando foi cancelado o contrato. É o que me compete informar, após apuração.

Quanto as inconsistências apontadas ao trabalho da servidora Renata Reis Alves, esclarece que a servidora foi convidada a comparecer nesta autarquia e prestar esclarecimentos sobre os fatos, conforme Ofício nº 177/2021 e 260/2022. A mesma compareceu a este Instituto, levando consigo, os respectivos ofícios e estamos aguardando seu retorno, que expira no mês corrente.

Avaliação atuarial citada segue em anexo. Competindo-me informar que o Estudo atuarial já foi anualmente regularizado pela atual gestão.

DA CONCLUSÃO

Desta forma, considerando o acima alegado e que a signatária do presente apresentou, tempestivamente, as justificativas e os esclarecimentos necessários, demonstrando que as atitudes tomadas sempre estiveram albergadas pela boa-fé e respeitaram a legalidade dos atos, serve o presente, para requerer que seja acolhida as Razões de Defesa por ser medida da mais lúdima e salutar justiça.

Por derradeiro, que sejam recebidos os documentos e esclarecimentos e considerado os esforços empreendidos pela atual gestão que vem diligenciando fortemente para regularização das demandas pendentes deste RPPS, conforme comprovou através do presente.

Termos em que,
Pede deferimento.

Mesquita, 30 de setembro de 2022.

Cátia da Silva Ferraz
Diretora Presidente
Matricula 80.003